

**DO CAMPO À ACADEMIA, DA ACADEMIA AO CAMPO:  
AS MULHERES NA AGROECOLOGIA<sup>1</sup>**  
*FROM THE FIELD TO THE ACADEMY, FROM THE  
ACADEMY TO THE FIELD: WOMEN IN AGROECOLOGY*

Flavia Soares Ramos\*

**RESUMO:** A partir da década de 1990, alguns trabalhos acadêmicos começaram a evidenciar a participação das mulheres rurais em sistemas produtivos agroecológicos e a identificar fatores que contribuíam para mudanças significativas em suas vidas, especialmente no que diz respeito ao seu papel na família rural. Tais fatores, porém, muitas vezes foram tomados acriticamente e aceitos como incontestáveis, de modo que muitos trabalhos posteriores não apenas não questionam sua validade, como também usam esses fatores como indicadores para determinar em que estágio se encontram as mulheres dentro de projetos agroecológicos. Assim, na primeira parte desse trabalho, nos propomos a fazer uma breve revisão sobre a abordagem e inserção da perspectiva de gênero nos estudos sobre agroecologia, o que não ocorre de maneira generalizada em todas os trabalhos, mas majoritariamente em esforços de pesquisadoras mulheres. Na segunda parte, utilizaremos dados empíricos coletados na Região da Grande Florianópolis para refletir em que medida e de que maneira a agroecologia têm alterado ou não a realidade das mulheres participantes da pesquisa. De maneira geral, consideramos que não se pode tomar a conversão para a agroecologia como certa para a melhoria das condições de vida das mulheres.

**Palavras-chaves:** gênero; mulheres rurais; agricultura familiar; agroecologia; estudos rurais.

---

\* Mestre em Sociologia Política; colaboradora do Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil; e-mail: flavia.soares.ramos@gmail.com

<sup>1</sup> Esse artigo foi elaborado a partir da dissertação “Entre a teoria e a prática agroecológica, onde e como estão as mulheres rurais? Um estudo na Região da Grande Florianópolis (SC)”, defendida em 07 de abril de 2016 para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Ignez Silveira Paulilo.

**ABSTRACT:** *From the eighties, some academic studies have start to highlight rural women's participation in agro ecological productive systems, identifying which factors brought about significant changes in their lives, especially the role they play in the rural family set up. These factors, however, are usually taken for granted, and scholarship that followed on even use these factors as indicators to determine their stage within agro ecological projects. In the first part of this article, we briefly review gender approaches in agro ecological studies finding that female researchers mostly carry out these studies. In the second part, we use empirical data gathered in Great Florianópolis region to reflect to what extent agroecology has affected female participants' lives. Generally, we argue that agro ecological transitions does not lead to an improvement in their lives.*

**Keywords:** *gender; rural women; family agriculture, agro-ecology; rural studies.*

## INTRODUÇÃO

Desde os primeiros trabalhos acadêmicos que se propuseram a investigar a participação das mulheres em projetos de base agroecológica no Brasil, ainda na década de 1990, mas especialmente a partir dos anos 2000, alguns fatores desse sistema produtivo foram identificados como potenciais para melhorar a situação das mulheres rurais. Emma Siliprandi (2015) realizou o esforço de identificar tais fatores, dentre os quais selecionamos quatro para nos aprofundarmos nessa reflexão. A saber, 1. Valorização de atividades tradicionalmente femininas, de modo que as mulheres poderiam estar envolvidas em diversas ou todas as etapas do processo produtivo; 2. Maior divisão das atividades e, conseqüentemente, das responsabilidades da unidade; 3. Ampliação das possibilidades de atuação das mulheres em espaços públicos e em atividades de comercialização, o que poderia repercutir no aumento da sua autoestima e no acesso a renda, respectivamente; 4. O incentivo por parte de instituições governamentais, ONG's e movimentos sociais para a participação das mulheres em cursos e seminários.

Nos chama a atenção que esses fatores muitas vezes têm sido tomados como incontestáveis em trabalhos posteriores e, em certa medida, utilizados como indicadores para avaliar os avanços conquistados pelas mulheres rurais que passaram a trabalhar a partir da perspectiva agroecológica. Com tais constatações, no entanto, não queremos negar a veracidade dos fatores no contexto em que foram originalmente identificados ou mesmo a importância do seu reconhecimento para orientar as pesquisas, mas, sobretudo, chamar a atenção de que seu uso, quando acrítico e indiscriminado, pode reforçar papéis específicos de gênero e ainda levar à difusão da ideia de que a agroecologia, por si só, é capaz de alterar a vida das mulheres rurais.

Para pensar sobre essas questões, nesse trabalho iremos analisar, a partir dos quatro fatores citados, os dados empíricos coletados na Região da Grande Florianópolis (SC)<sup>2</sup> durante o verão de 2015, com mulheres agricultoras, na faixa de 29 a 60 anos, participantes do Núcleo Litoral Catarinense<sup>3</sup>. Com isso, pretendemos evidenciar não simplesmente as mudanças ocorridas na vida das mulheres, mas especialmente identificar continuidades e permanências nas relações de gênero no interior das famílias e na sociedade de maneira mais ampla após a conversão para a agroecologia. Antes disso, porém, faremos uma breve revisão sobre a produção acadêmica relacionada à agroecologia e gênero.

## 1 A DISCUSSÃO ACADÊMICA: MULHERES (IN)VISÍVEIS

De maneira geral, é aceito entre os teóricos que a agroecologia, enquanto ciência<sup>4</sup>, buscou estabelecer-se a partir da crítica à ciência hegemônica, especialmente quanto à compartimentalização dos cam-

---

2 Pesquisa realizada nos municípios de Nova Trento, Major Gercino, Rancho Queimado, Águas Mornas, Biguaçu e São Bonifácio.

3 O Núcleo Litoral Catarinense faz parte da Rede Ecológica de Agroecologia e foi formalizado em 2002 com o objetivo de integrar uma série de experiências produtivas de base ecológica que vinham sendo desenvolvidas por agricultores, reunidos em associações e grupos produtivos formais e informais na região costeira de Santa Catarina.

4 A agroecologia é disputada e compreendida enquanto ciência, modo de produção, movimento filosófico, movimento social ou ainda política pública (Caporal; Costabeber, 2002). Consideramos que isso é resultado da própria maneira como surgiu a agroecologia (como um guarda-chuva conceitual para diversas agriculturas alternativas), pois, diferente da ciência tradicional desenvolvida isoladamente em laboratórios e estações experimentais, o desenvolvimento da agroecologia ocorreu paralelamente às lutas sociais rurais em diversos países (Siliprandi, 2015), de modo que ambas se retroalimentavam. Ver mais em Ramos, 2016.

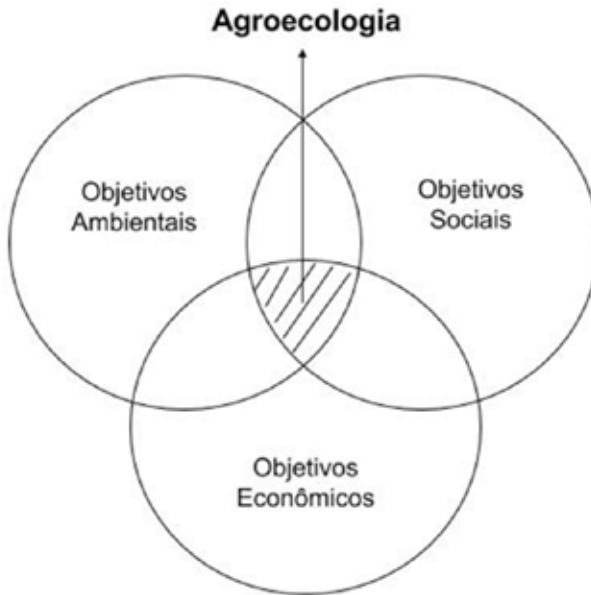
po e à hierarquização dos saberes, visando, sobretudo a transformação dos modelos de desenvolvimento insustentáveis para outros, mais sustentáveis. Essa promessa e/ou compromisso parece alcançar, ao longo do tempo, parcelas crescentes de profissionais, movimentos sociais, ONG's e instituições estatais, embora não esteja livre de críticas.

Tais críticas podem ser provenientes de outras perspectivas que disputam o campo onde se define os modelos de desenvolvimento rural<sup>5</sup> ou mesmo do interior da própria corrente, através da observação de profissionais que buscam integrar questões e ampliar as possibilidades de transformações possíveis. Sucintamente, iremos nos dedicar a analisar, dentro do segundo conjunto de críticas, algumas considerações sobre a proposta agroecológica desde a perspectiva acadêmica e feminista, quando possível.

Para iniciar, recorreremos ao principal conceito formulado pela agroecologia, o de agroecossistemas, que, segundo Francisco Caporal e José Antônio Costabeber (2002, p. 14) correspondem às “(...) unidades geográficas e socioculturais [onde] ocorrem os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas, constituindo o lócus onde se pode buscar uma análise sistêmica e holística do conjunto destas relações e transformações”. A partir desse conceito, se tem ideia da dimensão crítica da proposta agroecológica à ciência hegemônica, especialmente por incluir dimensões/disciplinas que costumeiramente não se colocam em diálogo, propondo uma explicação mais ampla do mundo, conforme pode ser visto na figura abaixo.

---

<sup>5</sup> Essa questão é discutida com propriedade na tese de doutorado de Cleber José Bosseti (2013), intitulada “Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil”.

**Figura 1:** Agroecologia na intersecção entre objetivos ambientais, sociais e econômicos.

Apesar do significativo avanço que esse conceito promove, no entanto, algumas pesquisadoras feministas afirmam que ainda há aspectos importantes que não têm sido observados (ou são pouco trabalhados) e que implicam em reprodução de relações insustentáveis, como é o caso da desigualdade de gênero no meio rural. Por esse ângulo, o objetivo da agroecologia não poderia ser alcançado, pois, conforme observam Miriam Abramovay e Mary Castro (1997, p. 19), “o desenvolvimento será sustentável e equitativo quando homens e mulheres participarem de forma igualitária, em todos os níveis, da tomada de decisão”.

No entanto, já parece consenso para algumas pesquisadoras e pesquisadores que não basta introduzir superficialmente a reflexão de gênero, é preciso ir mais a fundo para compreender as relações de poder que incidem entre homens, mulheres e famílias. Essa tarefa não é das mais simples, visto que, conforme identificou Emma Siliprandi (2015), ainda

“(…) parece existir um ‘vazio de análise’ entre o nível micro enfocada pelas teorias agroecológicas (o agroecossistema) e o nível macro (as comunidades rurais, os “camponeses”, os “indígenas”, a “agricultura familiar”), um espaço que merece ser analisado, no qual se encontram as pessoas concretas, homens e mulheres que trabalham na agricultura.” (Siliprandi, *ibidem*, 2015, p. 95)

Ora, se a autora identifica e denuncia um “vazio de análise” sobre as pessoas que fazem a agricultura, esse vazio é ainda mais significativo no caso das mulheres agricultoras, que, como será enfatizado a seguir, ainda constam muito pouco nas formulações teóricas da agroecologia. Isso porque, apesar das diversas críticas à ciência hegemônica, ainda é comum entre os teóricos a estratégia de trabalhar com o indivíduo universal ou com a unidade de análise em termo de família rural. Poderíamos pensar que isso se dá visando apenas uma simplificação, no entanto, recorreremos conscientemente ao termo “estratégia” porque consideramos que há implicações ardilosas nesses modos de produzir ciência, que inevitavelmente impõem restrições para um grupo específico, o das mulheres, e resultam em benefícios a outro, formado pelos homens<sup>6</sup>. E isso não se restringe ao campo científico, mas expande-se para todos os outros aspectos da vida social da humanidade, especialmente após a expansão do liberalismo, conforme aponta Lourdes Bandeira,

“(…) se o pensamento científico fundador propugnava a ideia de um sujeito ‘masculino universal’, o que equivaleu à exclusão feminina tanto da produção da ciência como de sua história, após a Revolução Francesa, o pensamento liberal garantiu a cidadania masculina e suspendeu as conquistas de lideranças femininas na política nas últimas décadas do Antigo Regime”. (Bandeira, 2008, p. 213)

---

<sup>6</sup> Seria interessante e necessário que o recorte de gênero fosse sempre acompanhado pela observação de classe e raça, por exemplo. Mas não o faremos nesse trabalho, devido à restrição dimensional, mas cabe a ressalva de que a ciência, não à toa, tem sido um espaço dominado majoritariamente por homens.

Não é novidade que a utilização do indivíduo universal como unidade básica de análise pressupõe neutralidade: sujeito sem raça, gênero e/ou classe social. Para uma parte das feministas, porém, a questão não é a inexistência desse sujeito, mas a representação de uma parte muito específica dos sujeitos (homens, ocidentais, adultos, etc)<sup>7</sup>, para os quais se criam teorias e se estabelecem planos e metas. Os demais sujeitos se tornam invisibilizados, embora não menos importantes para a produção e a manutenção geral da vida.

Na ciência agroecológica e nos trabalhos sobre o tema/ questão, não parece haver uma mudança significativa no modo de identificar os sujeitos. Ou seja, embora se defenda que a agroecologia seja construída pela articulação entre conhecimentos científicos (de homens e mulheres) e saberes populares (de homens e mulheres), na maior parte das vezes tais saberes são referenciados como sendo simplesmente do *agricultor*, entendendo-se esse como representante de um conjunto amplo do meio rural. Inocência ou não, a falta de crítica e de ampliação do olhar dos pesquisadores corrobora para a permanência de práticas e ideias nas quais as mulheres, bem como crianças e/ou idosos, aparecem como complemento desse sujeito, reunidos pelos laços da família nuclear.

Nesse caso, a reflexão sobre a família e os sistemas de produção baseados na mão de obra familiar tem uma importância fundamental. Pois, se por um lado a agricultura familiar apresenta características reconhecidamente compatíveis com as propostas de sustentabilidade, especialmente por trabalhar a partir de uma lógica específica, na qual seus valores decorrem de uma simbiose entre ecossistema e aqueles que trabalham na terra (Finatto & Salamoni, 2008); por outro, esse sistema produtivo geralmente é uma “armadilha” para as mulheres, visto que as relações de exploração no seu interior são obscurecidas pelo cunho afetivo que se atribui às suas atividades (Garcia, *et al.*, 2013). Essa discussão é inegavelmente delicada, pois exige fôlego e coragem para desvelar o que ocorre no interior das famílias, espaço

---

7 A crítica da Economia Feminista, por exemplo, incide sobre a utilização da referência ao *homo economicus* pela economia hegemônica, pois isso leva a desconsiderações acerca das condições diferenciadas nas quais estão assentadas diversas relações de poder, entre elas as de gênero. A justificativa para se recorrer ao conceito de “*homo economicus*”, porém, passa pela busca de objetividade, que para a economia é representada exclusivamente através de modelos matemáticos.

historicamente compreendido como privado, ou seja, que diz respeito apenas aos indivíduos que compõe tal núcleo.

Dessa maneira, mesmo nas vezes em que as mulheres agricultoras são anunciadas em trabalhos científicos, muitas vezes essa anúncio é superficial e/ou insiste na vinculação aos “tradicionalis papéis de gênero”, de maneira que se evidencia relações e situações intensamente debatidas em diversas perspectivas do feminismo. Para exemplificar esse ponto, observamos uma publicação de Miguel Altieri e Clara Nicholls, do ano 2000, que diz:

*“Los huertos están en continua producción todo el año y son fáciles de manejar en forma intensiva al estar tan convenientemente cerca de la casa. Estos pueden ser fertilizados con desperdicios de la cocina, reciben riego suplementario con agua de pozo y son atendidos por mujeres y niños en sus tiempos libres”.* (Altieri; Nicholls, 2000, p. 200, grifo nosso)

Destacamos algumas partes dessa citação, pois a partir desses realces poderíamos trazer à tona diversas discussões e não apenas sobre o que é “trabalho” (tema fundamental para o feminismo), mas também sobre “trabalho leve”, “trabalho de mulher”, “tempo livre”, por exemplo. No entanto, queremos apenas evidenciar que nessa publicação de 257 páginas, daquele considerado um dos principais expoentes da agroecologia em nível mundial<sup>8</sup>, aparecem apenas quatro referências específicas sobre mulheres, em duas delas explicitamente como ajudante do marido e nas outras duas de maneira um pouco diferenciada: uma indicando, em duas linhas, a capacidade de reconhecimento de espécies vegetais por um grupo de mulheres nômades e a outra que informa – com certa surpresa<sup>9</sup> – a participação de mulheres em projetos de manejo dos recursos naturais.

De acordo com o levantamento feito por Emma Siliprandi (2015), em âmbito global, Joan Martínez Alier é o autor mais próxi-

8 Sem esquecer da co-autoria de Clara Nicholls, que apesar de ser mulher, não inseriu uma visão mais sensível à questão.

9 Segue a citação: “Por medio del uso de metodologías de desarrollo de la capacidad de autogestión, los miembros de las comunidades rurales, inclusive de grupos de mujeres e indígenas, aprenden no sólo sobre los instrumentos técnicos para el manejo sustentable de los recursos naturales, sino que además aprenden a lograr el reconocimiento y el poder político necesario para asegurar resultados duraderos” (Altieri; Nicholls, 2000, p. 109, grifo nosso)



mo dos teóricos da agroecologia que abordam as questões de gênero e de resistência das mulheres. No livro “Ecologismo dos Pobres” (2011), Alier dedica um capítulo inteiro ao que ele denominou “gênero e meio ambiente”, baseando suas formulações em trabalhos de pesquisadoras feministas, especialmente Bina Agarwal e suas propostas para um “ambientalismo feminista”<sup>10</sup>. Com isso, Alier buscou demonstrar que a preocupação das mulheres rurais com o meio ambiente está menos relacionada com uma “empatia biológica intrínseca entre as mulheres e a natureza” e mais com o seu “papel socialmente construído como provedora do *oikos*”, o que as levaria a ter “compromisso cotidiano mais estreito com a utilização da natureza” (2011, p. 283) visando, sobretudo, a manutenção da família.

Na literatura científica produzida no Brasil sobre agroecologia, as mulheres agricultoras foram referenciadas pela primeira vez em meados dos anos 1990, nos trabalhos de Maria Emília Pacheco. A partir da fundamentação dos referenciais da Economia Feminista, a autora propôs reflexões sobre divisão sexual do trabalho e da invisibilidade da mulher nos sistemas de produção convencionais, especialmente daqueles orientados pela lógica familiar. Para Pacheco, os projetos agroecológicos deveriam não somente reconhecer as mulheres e suas atividades, mas, sobretudo, destacá-las como sujeitos dos espaços de produção (Siliprandi, 2015).

A partir dos anos 2000, pesquisadoras brasileiras dedicaram-se a estudar os impactos da conversão agroecológica especificamente para as mulheres e identificaram alguns aspectos que parecem favorecer-las nesse sistema de produção (citados acima), aspectos esses que, de maneira geral, têm sido corroborados por muitos trabalhos acadêmicos produzidos desde então. É interessante notar que entre as pesquisas indenticadas por Siliprandi (2015), realizadas nessa época e sob essa perspectiva, nenhuma delas foi feita por homens: a autora cita os trabalhos de Elenice Pastore (2003), de Karen Karam (2004), de Patrícia Mourão (2004) e Inês Claudete Burg (2005).

---

<sup>10</sup> Essa proposta vem em contraposição ao ecofeminismo essencialista, pois para Bina Agarwal, essa vertente feminista reforça a vinculação entre gênero e meio ambiente numa perspectiva biologizante e sem considerar as fontes materiais da dominação das mulheres e isso levaria a “(...) uma generalização da categoria mulher como um todo unitário, sem diferenciar raça, etnia, casta, classe, etc.” (in: Siliprandi, 2015, p. 73)

Antes de seguir para a análise e discussão dos fatores evidenciados pelas autoras citadas e em diálogo com os dados empíricos de campo, recordamos a crítica feita pela filósofa Donna Haraway sobre a objetividade da ciência, visto que gênero parece ser um aspecto que a proposta agroecológica ainda não enfrentou efetivamente:

“As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm. Nas categorias filosóficas tradicionais, talvez a questão seja ética e política mais do que epistemológica.” (Haraway, 1995, p. 15)

## **2 MULHERES NO CAMPO EM CAMPO**

Saindo da perspectiva acadêmica, lançamos agora nosso olhar às práticas agroecológicas em um contexto bastante específico: dez unidades produtivas, em seis municípios do interior de Santa Catarina, interligadas pelo fato de fazerem parte do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia. A partir disso, buscamos elementos para compreender em que medida a conversão impactou (ou não) na valorização das atividades realizadas pelas mulheres dessas unidades, no compartilhamento das responsabilidades pelos membros da família, no seu maior acesso aos recursos financeiros e na ampliação da sua atuação em espaços públicos e atividades de formação.

Em se tratando especificamente do Sul do país, Inês Claudete Burg (2005) chamou-nos a atenção para o fato de que durante a fase mais intensa da modernização da agricultura (a partir de 1960), muitas unidades produtivas da região trocaram seus sistemas de policultivos pela monocultura direcionada ao mercado, alterando as relações de produção e de subsistência do núcleo familiar. Ambas as alterações impactaram na vida das mulheres.

No primeiro aspecto, podemos pensar que a expansão do uso de tecnologias poupadoras de mão de obra, especialmente de

máquinas agrícolas, é apontada por alguns autores como sendo responsável pelo afastamento das mulheres das atividades produtivas. Gema Esmeraldo (2013) afirma que quanto mais as máquinas foram utilizadas, mais as mulheres reduziram suas atividades na roça. Para os homens, essa situação seria inversa, uma vez que isso representou um acréscimo de responsabilidade, implicando, ainda, na sua participação em cursos e capacitações sobre o uso dessas tecnologias (Brumer, 2004). Além disso, como aponta Alessandra De Grandi (2003, p. 41), “a falta de conhecimento e treinamento faz com que as mulheres fiquem com as tarefas de menor prestígio e importância, sendo sempre excluídas, portanto, do trabalho que requer tecnologia”. Sabemos, porém que nem todos os estabelecimentos rurais tinham acesso ao pacote tecnológico completo, e, mesmo que tivessem, ainda assim algumas atividades permaneceram exigindo mão de obra e, nesses casos, recorria-se a força de trabalho disponível no estabelecimento, ou seja, da própria família. O trabalho realizado pelos demais membros da família, em especial pelas mulheres e crianças, apesar de fundamental para o “conjunto da obra”, não tinha a mesma visibilidade daquele realizado pelo “chefe da família”, sendo considerado enquanto ajuda. Heleieth Saffioti (1987, p. 15) afirma que “(...) sempre que a atividade de alguém se configurar como ajuda, [significa que] a responsabilidade é do outro”.

Já no segundo aspecto, das alterações na relação de subsistência, é imprescindível pensar que isso se deu porque “tradicionalmente” cabe às mulheres a responsabilidade de alimentar a família diariamente. Dessa maneira, o impacto nessa tarefa foi bastante significativa, porque, se antes a unidade destinava mão-de-obra e área substancial às produções diversificadas, cujos produtos que poderiam ser também consumidos na unidade, posteriormente os esforços foram orientados para a produção dos poucos gêneros a serem comercializados. A comercialização, porém, não fazia parte das atividades das mulheres, ficando a cargo exclusivamente dos homens, que, de modo geral, detinham (detém) o poder de decisão sobre como e quando gastar/investir.

Ainda sobre esse aspecto, é possível recuperar a análise de Deere e Léon (2002), que demonstraram a fragilidade dos pressupos-

tos da economia neoclássica sobre a família, segundo os quais essa seria governada pelo altruísmo do homem (chefe) - e não pelo seu interesse próprio - com vistas, sobretudo, a maximizar o bem-estar de todos os demais membros da família. A partir de evidências empíricas coletadas por outras feministas em diversas culturas, essas autoras afirmam que: 1. Nem toda a renda gerada é necessariamente investida no fundo comum; 2. O uso da renda é diferenciado para homens e mulheres; 3. O fundo comum não é necessariamente garantia de consumo compartilhado ou de divisão em partes iguais que garantam o consumo de todos os membros da família. Com base nisso, Deere e Léon afirmam que “a renda controlada pela mulher tem mais probabilidade de contribuir para a garantia da alimentação da família e o bem-estar dos filhos do que a controlada pelo homem” (*ibidem*, p. 42).

Dito isso, é importante observar que os policultivos em espaços restritos não foram totalmente abandonados, mas passaram a ser assumidos majoritariamente pelas mulheres, pois, para além de um possível gosto e aptidão pessoal de cada mulher, haveria uma preocupação em manter ou melhorar a qualidade e quantidade de alimentos disponíveis, especialmente em casos em que a renda obtida com a comercialização do produto principal não era suficiente para as necessidades familiares (ou não era utilizada para esse fim).

Na perspectiva agroecológica, as atividades realizadas cotidianamente pelas mulheres em hortas e pomares têm grande valor, pois possibilitaram a preservação de conhecimentos ancestrais, técnicas tradicionais, espécies variadas e sementes crioulas<sup>11</sup>, que em muitos casos foram abandonados e/ou menosprezados pelos homens e técnicos por não se tratar do ‘moderno’. Iara Henn (2003, p. 71) enfatiza que, “(...) todos reconhecem que, no projeto da *monocultura na modernização conservadora*, a horta, o pomar e outros cultivos não têm validade, pois não são lucrativos do ponto de vista do *mercado convencional*” (grifos originais).

Nossos dados de campo vão de acordo com essas constatações, visto que a maior parte das entrevistadas afirmou que sempre manteve

---

<sup>11</sup> Tais saberes, no entanto, não são importantes apenas quando se enfatiza questões como segurança e soberania alimentar, mas também o são quando se visa recuperar a biodiversidade e/ou a cultura local, por exemplo.

pessoalmente uma horta para consumo próprio<sup>12</sup>, onde não era utilizado agrotóxico, mesmo quando usavam o insumo na cultura principal. Atualmente, identificamos que nas unidades menos diversificadas (com até cinco produtos certificados, especialmente frutas), onde a horta permanece especificamente para atender as necessidades familiares, a responsabilidade pela sua manutenção é preponderantemente feminina, enquanto nas unidades que redirecionaram sua produção para a produção diversificada, especialmente de hortaliças, a “horta” não apenas teve sua área ampliada consideravelmente, mas também passou a ser mantida por todos, inclusive as mulheres.

A reorganização da atividade produtiva e de (algumas) responsabilidades correspondentes, no entanto, não leva necessariamente a uma nova divisão do trabalho doméstico, que ainda recai quase exclusivamente sobre as mulheres, como podemos perceber na fala de uma das entrevistadas: “(...) os homens fazem as coisas mais pra fora, às vezes. Mas mesmo assim se divide as tarefas: mulher vai junto pra roça do mesmo jeito”<sup>13</sup>. Ou seja, a divisão de trabalho parece continuar valendo apenas quando se trata do que poderíamos chamar de trabalho produtivo<sup>14</sup>, pois identificamos que, embora as mulheres entrevistadas também participem senão de todas, mas de pelo menos algumas etapas do processo produtivo da sua unidade (embora algumas delas ainda se coloquem na posição de ajudante), quatro delas realizam todas

12 Para Leite (2004, *apud* MALUF, 2009), a produção que tem por objetivo também o autoconsumo não apenas permite que as famílias rurais atendam suas necessidades constantes por alimentos, apesar de possíveis variações sazonais na sua renda, como também contribui para que as mesmas disponham de um padrão alimentar muitas vezes superior em relação às famílias do meio urbano que tenham uma renda semelhante, de forma que nem tudo seja sobre o que se ganha, mas também sobre o que se deixa de gastar. Dessa maneira, portanto, a diversidade produtiva é um fator fundamental que favorece o acesso a dietas mais ricas e garantir a segurança alimentar das famílias.

13 A ambiguidade dessa afirmação revela que ainda há certa dificuldade da entrevistada em reconhecer o trabalho doméstico como passível de divisão igualitária entre gêneros e/ou entre todos os membros da família.

14 A separação do trabalho em produtivo e reprodutivo determinou não apenas os tipos de trabalhos, mas também a quem caberia a responsabilidade pela sua execução. Essa definição foi legitimada pela ideologia naturalista (destino natural dos diferentes sexos) e tradição funcionalista (solidariedade mecânica e complementaridade), de modo que ao homem, em seu papel de provedor, caberia exclusivamente o trabalho produtivo e à mulher, em seu papel de mãe, as atividades reprodutivas (Faria, 2009, Hirata; Kergoat, 2007). A partir das décadas de 1950/60, mudanças significativas nesse campo começaram a surgir quando as feministas (sobretudo as marxistas) passaram a se dedicar à investigação da divisão sexual do trabalho, identificando-a como a base material para a desigualdade de gênero. Dessa maneira, asseguraram ser necessário repensar e, sobretudo, ressignificar o “trabalho”, ampliando seu conceito. Ou seja, não se tratava apenas de incluir as atividades domésticas naquilo que era considerado “trabalho”, mas retirar a supremacia do “capital” e enfatizar a “produção do viver” (Hirata; Kergoat, 2007).

as atividades domésticas sozinhas, enquanto seis afirmam ter algum auxílio. O compartilhamento das tarefas “reprodutivas” ou essenciais para a manutenção da vida, porém, também tem gênero, pois na maior parte das vezes é feito entre mulheres: filhas e/ou diarista, e menos com filhos homens e/ou maridos.

Ainda no âmbito das atividades produtivas, agora ampliadas e mais compartilhadas entre os membros da família, outro ponto que devemos observar com atenção é que esse fato não significa automaticamente a quebra do “monopólio gerencial do homem” ou mesmo a divisão equitativa de responsabilidades, conforme percebemos em campo.

Um dos aspectos mais frágeis dessa divisão corresponde ao controle financeiro, de modo que, em grande medida, os homens preservam a hegemonia sobre os recursos econômicos da família: entre as dez mulheres entrevistadas, apenas uma afirmou que há partilha dos rendimentos entre o casal, de modo que ela tenha acesso a recursos próprios<sup>15</sup>. As demais mulheres justificaram a não divisão da renda a partir da ideia de que trabalham em família e pela família: “não divide nada, nós convivemos em família”. De maneira geral, porém, elas buscaram enfatizar que têm acesso ao dinheiro quando querem ou precisam, embora algumas recorram a expressões como “pedir dinheiro ao marido”.

A discussão sobre o acesso a recursos financeiros e econômicos pelas mulheres não é uma questão de menor importância, pois, conforme afirma Maria Ignez Paulilo (2003, p. 184) “(..) em uma sociedade em que quase tudo se compra, o acesso da mulher a alguma forma de renda própria deveria torná-la mais independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade mais ampla”. Visto dessa maneira, percebe-se que o acesso à renda incide não apenas em maior inserção na economia, permitindo a aquisição de bens de consumo e melhoria no bem-estar, mas, sobretudo, pode implicar em autonomia e transformações nas relações de poder dentro e fora do âmbito familiar.

Antes de seguir adiante, retomaremos ainda a questão sobre a responsabilidade das mulheres pela alimentação da família, antes e depois da conversão à agroecologia. Quando a família estava ma-

---

<sup>15</sup> Cabe ressaltar que essa informante é a única com que já participou de um movimento de mulheres.

rioritariamente dedicada à produção de uma cultura comercial, coube às mulheres o desenvolvimento de uma série de estratégias que visavam manter a oferta de alimentos tanto em quantidade como em qualidade (aqui entendida no sentido de diversidade). Tais estratégias vão desde técnicas para conservação de alimentos, até trocas de produtos com vizinhos e parentes, e a comercialização de excedentes para que pudessem comprar o que não produziam ou que faltasse em determinados períodos. A comercialização dos itens produzidos pelas mulheres, derivados do trabalho em hortas, quintais, granjas domésticas e com pequenos animais, ocorria em feiras ou nas próprias casas, para pessoas conhecidas. O que queremos enfatizar aqui é que, muitas vezes, a renda advinda dessa comercialização tinha uma importância fundamental para o bem-estar da família, embora muitas vezes passasse despercebida e fosse confundida com o valor de uso por ser rapidamente convertida em itens essenciais à vida e não em investimentos no estabelecimento.

Em alguns casos, porém, após a conversão à agroecologia, os produtos comercializáveis da unidade se tornam praticamente os mesmos a serem consumidos, de modo que se reduziram as possibilidades das mulheres comercializarem o excedente e, conseqüentemente, de conseguirem acessar algum recurso direto. Percebemos isso ao cruzar os dados de campo sobre formas de comercialização e o acesso das mulheres aos recursos financeiros da família, pois, como pode-se ver no quadro abaixo, há poucas famílias que comercializam produtos em casa ou em feiras. Isso difere substancialmente de uma boa parte dos trabalhos sobre agroecologia, que apontam a feira como o principal e mais importante canal de escoamento da produção.

**Quadro 1:** Principais canais de comercialização das unidades em que as mulheres foram entrevistadas. Total acumulado.

Box Ceasa	Agroindústria	PNAE	Feira	Casa	Mercado	Domicílio
4	4	1	3	3	1	2

Fonte: Elaborado pela autora.

Para Burg (2005) a presença das mulheres agricultoras nas atividades de comercialização, especialmente em feiras, repercute positiva-

mente não apenas por propiciar um maior contato dessas mulheres com a sociedade de modo mais, mas também porque pode vir a possibilitar acesso e/ou controle mais efetivo dos recursos financeiros da unidade. No caso estudado, as mulheres participam mais diretamente da comercialização quando vendem em feiras, atendem clientes em casa ou entregam cestas a domicílio, nesse último caso sempre em companhia dos cônjuges, mas ainda assim têm pouco controle sobre a renda.

Apesar disso, seis das entrevistadas apontaram que consideram a venda dos produtos para o Box 721<sup>16</sup> ou diretamente para agroindústrias a melhor forma de comercializar, isso pode ser relacionado com o fato de que ambos os canais favoreçam as chamadas “compras firmes”, uma vez que os preços são definidos de antemão e garantem a colocação dos produtos no mercado, além de reduzir o volume de tarefas e os investimentos de infraestrutura necessários para o beneficiamento ou mesmo adequação do produto às exigências sanitárias e/ou do consumidor.

O último aspecto que queremos discutir refere-se ao crescente estímulo/exigência para a participação das mulheres em cursos de formação e seminários por ONG's, Estado, agências financiadoras e movimentos sociais. Para exemplificar esse ponto, podemos voltar nossa atenção rapidamente para o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), de 2013, que apresenta como um dos seus objetivos, no eixo da produção, o reconhecimento e valorização do protagonismo das mulheres na produção orgânica e agroecológica e o fortalecimento de sua autonomia econômica<sup>17</sup>. Para tanto, constam entre as estratégias:

---

16 O Box 721 é o único a comercializar apenas produtos orgânicos certificados no Ceasa/SC. O espaço foi inaugurado em 2013, embora sua formulação tenha sido iniciada dois anos antes através de parceria entre o Centro de estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro) e o Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (Lacaf) da Universidade Federal de Santa Catarina, com o apoio financeiro do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Atualmente o Box é dirigido por um agricultor que faz parte do Núcleo Litoral Catarinense e Rede Ecovida de Agroecologia.

17 É perceptível que a dimensão econômica é central no estabelecimento dos objetivos e metas direcionadas para as mulheres no Planapo. No entanto, concordamos com Loreley Garcia (*et. al.*, 2013) de que, quando se trabalha dentro dos referenciais feministas, mais do que identificar possibilidades de acesso à renda através de fontes alternativas, é preciso perceber em que medida as propostas favorecem a reorganização dos papéis sexuais, da divisão sexual do trabalho e se contribuem, de fato, para que as mulheres tenham mais poder e direitos.



- Assegurar em todas as atividades de capacitação previstas no Plano a abordagem dos direitos e políticas referentes ao tema para as mulheres.
- Garantir a participação paritária entre agricultores e agricultoras participantes das ações de formação, capacitação e qualificação do PLANAPO.
- Garantir a participação de no mínimo 30% de mulheres na equipe técnica das ações de formação e capacitação.
- Promover a transição e produção de base agroecológica das mulheres por meio do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, revendo suas diretrizes, formas e instrumentos de organização, espaços das instâncias de gestão e participação social. (Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica, 2013, p. 58)

Considerando que até a Constituição de 1988 as mulheres rurais não tinham acesso a direitos trabalhistas básicos por não serem nem mesmo reconhecidas como agricultoras (Schaaf, 2003), é indiscutível que a inserção desse ponto nos planos e metas de uma política de Estado é um grande avanço<sup>18</sup>. Atentando-se especialmente para o incentivo à participação das mulheres agricultoras em cursos de formação e seminários, caberia um esforço para identificar de que maneira ocorre essa participação, quais são as funções assumidas pelas mulheres nesses espaços e como é a receptividade de suas contribuições pelos demais participantes. No âmbito da pesquisa realizada, averiguamos como se dava a participação das mulheres entrevistadas no seu grupo produtivo e nas redes mais amplas que participam (Núcleo Litoral Catarinense e Rede Ecovida de Agroecologia), buscando identificar se o debate de gênero era inserido nesses espaços de convívio e de que maneira.

Quanto à participação nas atividades específicas do grupo produtivo, como por exemplo, reuniões e visitas às unidades produtivas dos demais associados, seis entrevistadas afirmaram sempre estar presentes. As demais, ou não vão ou vão às vezes, algumas das justificativas para isso são de que outros membros da família partici-

---

18 Emma Siliprandi (2015) recorda que quando o Plano foi lançado, a então presidenta Dilma Rousseff enfatizou que, por meio dele, buscava-se atender a reivindicações específicas de movimentos de mulheres trabalhadoras rurais e camponesas, articuladas na Marcha das Margaridas de 2011.

pam e depois repassam as informações, ou que “alguém precisa ficar em casa”, ou simplesmente porque não gostam.

Sobre a qualidade da participação das mesmas nesses espaços e momentos, não nos passou despercebido que nem sempre elas estão de fato na reunião por estarem envolvidas em atividades “tradicionalmente femininas”, como a preparação dos alimentos a serem consumidos pelo grupo, como pode ser observado na seguinte fala:

“Nesse ano, pra não dizer que não fui [em uma reunião], fui mais ou menos em 3... quando eles fazem aqui... mas assim, eu não posso ficar lá junto no grupo, porque eu fico fazendo comida... então eu não sei se eu participo ou não participo, porque eu apenas assino o nome, mas não participo nada lá junto (...)” (Entrevistada 1, novembro de 2015)

Além disso, notamos que estar presente não significa necessariamente ter condições de expressar suas opiniões para o coletivo. Uma das entrevistadas explicou o motivo pelo qual não costuma falar nas reuniões: “porque eu acho que pra saber falar em público, tem que saber, pra não faltar palavra” (entrevistada 4, dezembro de 2015), de modo que sua principal função nesses encontros também é fazer a comida. Para Maria Ignez Paulilo (2003, p. 206), “espaço público e vergonha andam juntos na educação feminina”, de modo que as mulheres temem falar alguma bobagem e serem ridicularizadas por isso. Essa ridicularização não é uma regra e não é exclusivamente praticada pelos homens, como podemos perceber na fala de uma das entrevistadas, que, acusa algumas mulheres do seu grupo de serem “matracas” por expressarem suas opiniões, enquanto ela mesma não o faz. De certa forma, isso nos recorda o que foi apontado por Alessandra De Grandi (2003) em sua pesquisa sobre as miniusinas de leite em dois municípios catarinenses. Nesse trabalho a autora pôde perceber que não apenas os homens justificavam a não participação das mulheres nas cooperativas recorrendo à estereótipos da “natureza feminina”, como as próprias mulheres incorporavam e utilizavam esses mesmos estereótipos para denegrir outras mulheres do grupo.

Se é difícil para algumas mulheres participarem e expressarem suas opiniões no círculo mais restrito de convívio, essa dificuldade é ainda maior quando se trata de eventos de maiores proporções, como os organizados pelo Núcleo Litoral Catarinense ou pela Rede Ecovida de Agroecologia. É importante observar que esses eventos podem ocorrer em locais mais distantes da residência e/ou durar mais de um dia, de modo que as mulheres indicaram haver maior dificuldade para participar: cinco informaram que nunca foram; duas indicaram que quando a reunião tem pernoite, costumam participar apenas um dia; e três afirmaram participar com mais frequência, mesmo quando há necessidade de dormir.

Além disso, é preciso também pensar nas dificuldades de locomoção que afetam muitas mulheres: oito entrevistadas informaram que não há transporte coletivo próximo ao seu local de moradia, entre estas, apenas quatro sabem dirigir (o que não significa que todas dirijam para onde queiram ou precisem), ou seja, as outras quatro dependem de outros para sair distâncias maiores, demonstrando a falta de autonomia de ir e vir.

Com todas essas ressalvas feitas, não podemos deixar de concordar com a afirmação feita por Ruth Meinzen-Dick *et. al*, no documento da FAO de 2014:

“(...) embora as mulheres possam estar interessadas em participar de reuniões, elas frequentemente estão sobrecarregadas com o cuidado das crianças, com a preparação da comida e com as atividades agrícolas e, portanto, não conseguem inserir as reuniões de grupo no seu dia de trabalho” (*ibidem*, p. 254, tradução livre nossa).

Sobre a inserção da discussão de gênero, no ano de 2015 esse tema foi inserido na programação do 9º Encontro Ampliado da Rede Ecovida em Marechal Candido Rondon, no Paraná, numa oficina intitulada “Mulheres: Gênero e Agroecologia”<sup>19</sup>. A partir disso, a discussão

19 Na Rede Ecovida de Agroecologia é possível localizar dois momentos distintos de inserção da discussão de gênero. O primeiro deles se deu com a formalização do GT Gênero da Rede Ecovida, no ano de 2004, após um seminário em Mario Campos (MG) promovido pelo GT Gênero do Fórum Sudeste da Rede PTA, conforme indica Emma Siliprandi (2015). No entanto, o GT veio a se dissolver entre 2009-2010.

deveria ser levada para as atividades dos núcleos regionais, de modo que no Encontro do Núcleo Litoral Catarinense, ocorrido em Imbuia em setembro desse mesmo ano, houve a oficina “Mulheres & Gênero”<sup>20</sup>. Já nas reuniões restritas dos grupos produtivos, não houve relatos da abordagem por nenhuma das mulheres participantes da pesquisa.

Podemos dizer que, apesar do esforço em inserir o debate de gênero, manteve-se algumas posturas já criticadas no 1º Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), ocorrido no Rio de Janeiro em 2002 (Siliprandi, 2015), como, por exemplo, o uso dos termos “gênero” e “mulher” como sinônimos, reforçando a ideia de que se trata de um “assunto de mulher”<sup>21</sup>. Inês Claudete Burg (2005), em sua dissertação de mestrado, avaliou que, embora a Rede Ecovida de Agroecologia tenha em seu ideário e entre seus princípios de funcionamento a igualdade entre homens e mulheres, tal tema ainda é relegado apenas às mulheres, como se o feminismo tratasse dos problemas de mulheres, para mulheres.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por um lado, ao observarmos a produção acadêmica sobre agroecologia, percebemos que de certa maneira ainda persiste a invisibilidade das mulheres rurais nas pesquisas realizadas. Isso nos leva a pensar 1. Que a discussão de gênero ainda é considerada um tema para “mulheres”; 2. É de menor importância para o referencial agroecológico; 3. Que a crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento proposto pela agroecologia não atingiu a questão em sua totalidade, de modo que ainda dependa das mulheres, tanto da academia como dos movimentos sociais, a inserção de perspectivas que ampliem a tradicional visão de mundo e rompa com os padrões patriarcais.

Por outro e considerando o contexto de análise empírica desse trabalho, também consideramos que alguns dos fatores apontados

---

20 Essa oficina seria ministrada por uma coordenadora da Rede Ecovida, que, no entanto, não se fez presente. Para manter a programação, Karolyna Marín Herrera e eu aceitamos o convite do Núcleo para fazer uma fala junto ao público, que ficou restrito às mulheres.

21 Quanto a isso, no 1º ENA colocou-se o desafio de “dissociar gênero de questão de mulher e envolver homens e mulheres na discussão; incorporar a questão de gênero como princípio de sustentabilidade” (Siliprandi, 2015, p. 148)

como potenciais para a melhoria das condições de vida das mulheres rurais não se aplicam, seja parcial ou integralmente, pois as mudanças não são automáticas após conversão do sistema produtivo. Além disso, apesar das mais recentes tentativas de inserção da temática de gênero em discussões de grupos e associações agroecológicas, bem como sua apropriação pelos órgãos governamentais e políticas públicas, as mesmas podem estar sendo realizadas sem um diálogo comprometido com o feminismo. Isso enfraquece o potencial emancipatório anunciado pela agroecologia, impedindo que haja o reconhecimento de relações e/ou situações de opressão e/ou subordinação às quais as mulheres estão envolvidas, bem como não implica na maior visibilização ou valorização das mulheres e do seu trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ALIER, J. M. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2011. 379 p. Tradução de Maurício Waldman.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. *Agroecologia: Teoría y práctica para una agricultura sustentable*. México: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente/ Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe, 2000. 250 p.
- BANDEIRA, L. A contribuição da crítica feminista à ciência feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, Vol. 16, nº. 1, p. 207-228, janeiro-abril, 2008.
- BOSSETI, C. J. *Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil*. 2012. 408 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC: 2013.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, Apr. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: setembro de 2015.
- BURG, I. C. As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense. 2005. 147

f. *Dissertação* (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA. *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica* - PLANAPO. -- Brasília, DF: MDS; CIAPO, 2013. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_19/BrasilAgroecologico\\_Baixar.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/BrasilAgroecologico_Baixar.pdf). Acesso em: janeiro de 2015.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: enfoque científico e estratégico*. Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.,Porto Alegre, v.3, n.2, abr./junh.2002. p. 13-16. Disponível em: <http://www.pvncampo.com.br/agroecologia/agroecologia.pdf> Acesso em: fevereiro de 2015.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. *Gênero e meio ambiente*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO: UNICEF, 1997.

DE GRANDI, A. B. *Relações de gênero em famílias agricultoras em Santa Catarina*. In: Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Maria Ignez S. Paulilo e Wilson Schmidt (Orgs.). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 39-70

DEERE, C. D.; LÉON, M. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

ESMERALDO, G. G. S. L. *O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social*. In: Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Delma Pessanha das Neves, Leonilde Sérvolo de Medeiros (Orgs.) Niterói: Alternativa, 2013.

FARIA, N. *Economia Feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural*. In: Estatísticas rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Andrea Butto (Org.) Brasília: MDA, 2009. p. 13-28

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. *Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS*. *Sociedade & Natureza*. Vol. 20, nº. 2, Dec. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-45132008000200012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-45132008000200012&script=sci_arttext). Acesso em: janeiro de 2016.

GARCIA, L.; NASCIMENTO, S. de S.; SOUSA, E. S. S.; RIBEIRO, J. Família como armadilha: o outro lado da agricultura familiar. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, n. 38, Abril de 2013, pp.

251-269. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/15077-28454-1-PB%20(1).pdf. Acesso em: março de 2015.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), 1995. p. 07-41.

HENN, I. A. *Agroecologia e Relações de Gênero em projeto societário*. In: Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Delma Pessanha das Neves, Leonilde Sérvolo de Medeiros (Orgs.). Niterói: Alternativa, 2013. p. 65-88.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007

MALUF, R. S. *Segurança Alimentar e Nutricional*. 2. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MEINZEN-DICK, R. et. al. 2014. *Gender and social capital for agricultural development*. In: QUISUMBING, A. R. et. al. *Gender in agricultura: closing the knowledge gap*. London; New York: Springer, FAO, IFPRI, 235/266.

PAULILO, M. I. S. *Movimento de Mulheres Agricultores: terra e matrimônio*. In: PAULILO, M. I. S. & SCHMIDT, W. (Orgs.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. P. 183-210

RAMOS, F. S. Entre a teoria e a prática agroecológica, onde e como estão as mulheres rurais? Um estudo na Região da Grande Florianópolis (SC). 2016. 159 f. *Dissertação* (Sociologia Política) – Departamento de Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis (SC). 2016.

SAFFIOTI, H. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SHAAF, A. van der. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. *Sociologias*. nº. 10, Porto Alegre, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222003000200014&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000200014&lang=pt). Acesso em: setembro de 2015.

SILIPRANDRI, E. *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

**Recebido:**12/07/2016.

**Aprovação final:**10/12/2016.